

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a alternativa **a**.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços em branco no seu caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe

TJ/RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO SEM ESPECIALIDADE

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA JOÃO MARCOS DE CAMILLIS GIL

TEXTO I

FIEL A DEUS ATÉ O FIM

- 1 Preso pelo imperador Diocleciano por ser cristão, Jorge é submetido a uma duríssima prova de fé. Torturado de diversas formas, ele reafirma sua crença em Deus e se torna mártir da Igreja.
- 5 Fazê-lo desistir da fé. Esse era o objetivo do imperador em relação a Jorge, o guerreiro da Capadócia. Afinal, a crença do soldado em um Deus único e salvador soava para o governante como uma aberração, já que Roma – desde sua fundação em 753 a.C. – estava destinada a dominar o mundo com a ajuda de seus deuses. Diocleciano, portanto, não poderia deixar a guarda e o povo romano serem contaminados com o que ele próprio havia declarado ser uma injúria. Para o soberano, o rapaz precisava entender que quem mandava na corte – e em todo império – não era ele, que, no entendimento do imperador, se aproveitou da confiança depositada para denegrir os deuses romanos.
- 15 No dia seguinte à prisão, Jorge foi submetido a um interrogatório. Impotente, mas com espírito firme, disse ao imperador: “Você vai se cansar de me atormentar mais cedo do que eu vou cansar de ser atormentado por você.”
- 20

(Maynart, Marcos; in Jorge, *O Santo Guerreiro*. Novel Editora. Rio de Janeiro.)

O Texto 1 é referência para as questões de 1 a 5.

QUESTÃO 1

Com base nas informações fundamentais do texto transcrito, assinale a alternativa incorreta.

- Ⓐ Na linha 1, há uma ambiguidade promovida pela posição da oração **por ser cristão**.
- Ⓑ Embora tenha sido submetido a diversos tipos de tortura, o jovem Jorge reafirmou, sob o jugo violento do imperador Diocleciano, sua crença em Deus.
- Ⓒ O objetivo claro do imperador Diocleciano era demover o jovem Jorge de sua fé inabalável nos deuses romanos.
- Ⓓ Pode-se inferir do texto que Jorge tenha se tornado mártir da Igreja em virtude das diversas torturas que tenha sofrido.

- Ⓔ Na linha 11 e 12, o vocábulo **contaminados** foi empregado em sentido **conotativo, metafórico, figurado**.

QUESTÃO 2

Levando em conta o emprego de alguns sinais de pontuação no texto, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Na linha 5, a vírgula marca a presença do aposto explicativo o **guerreiro da Capadócia**.
- Ⓑ Na linha 7, a vírgula marca a anteposição de um **adjunto adverbial locativo**.
- Ⓒ Na linha 18, o emprego do sinal de dois pontos (:) introduz um trecho em **discurso indireto**.
- Ⓓ Na linha 18, a primeira vírgula marca a anteposição de um adjunto adnominal.
- Ⓔ Na linha 10, as vírgulas marcam a intercalação de uma **conjunção coordenativa adversativa**.

QUESTÃO 3

Com relação a alguns aspectos relacionados à sintaxe do período simples, escolha a opção **incorreta**.

- Ⓐ Na linha 2, o termo sintático **de fé** tem função de **complemento nominal**.
- Ⓑ Na linha 3, o sintagma **sua crença** tem função sintática do **complemento verbal direto**.
- Ⓒ Na linha 3, o termo **mártir** tem função sintática de **predicativo do sujeito**.
- Ⓓ Na linha 7, o sintagma **a crença do soldado em um Deus único e salvador** tem função sintática de **sujeito composto**.
- Ⓔ Na linha 18, o termo **ao imperador** tem função sintática de **complemento verbal indireto**.

QUESTÃO 4

Com relação a alguns aspectos relacionados à sintaxe do período composto, escolha a **opção correta**.

- Ⓐ Nas linhas 15 e 16, a oração **que se aproveitou da confiança depositada** classifica-se como **subordinada adjetiva restritiva**.
- Ⓑ Na linha 16, a oração **para denegrir os deuses romanos** classifica-se como **subordinada adverbial final reduzida de infinitivo**.
- Ⓒ Nas linhas de 8 a 10, a oração **já que Roma estava destinada a dominar o mundo com a ajuda dos seus deuses** classifica-se como **subordinada adverbial consecutiva**.
- Ⓓ Na linha 12, a oração **que ele próprio havia declarado ser uma injúria** classifica-se como **subordinada adjetiva explicativa**.
- Ⓔ Predomina, na constituição sintática do texto o processo sintático denominado **parataxe** ou **coordenação**.

QUESTÃO 5

Levando em conta alguns aspectos relacionados às regências verbal e nominal, assinale a **alternativa incorreta**.

- A Na linha 3, a forma verbal **reafirma** tem **regência transitiva direta**.
- B Na linha 17, o emprego do sinal indicativo de crase se deve à regência do adjetivo **seguinte**.
- C Na linha 16, a forma verbal **denegrir** tem **regência transitiva direta**.
- D Na linha 5, o emprego da preposição no termo **da fé** se deve à regência do nome **prova** ao qual se subordina.
- E Nas linhas 5 e 6, o emprego da preposição no sintagma **em relação** se deve à regência do nome **imperador** ao qual se subordina.

TEXTO II

PARÊNTESES

- 1 Quero deixar aqui, entre parêntesis, meia dúzia de máximas das muitas que escrevi por esse tempo. São bocejos de enfado; podem servir de epígrafe a discursos sem assunto.

- 5 Suporta-se com paciência a cólica do próximo.

Matamos o tempo; o tempo nos enterra.

- Um cocheiro filósofo costumava dizer que o gosto da carruagem seria diminuto, se todos andassem de carruagem.

- 10 Crê em ti, mas nem sempre duvides dos outros.

- Não se compreende que um botocudo fure o beijo para enfeitá-lo com um pedaço de pau. Esta reflexão é de um joalheiro.

- 15 Não te irrites se te pagarem mal um benefício: antes cair das nuvens que de um terceiro andar.

(Machado de Assis, Joaquim Maria; in Memórias Póstumas de Brás Cubas, capítulo CXIX. Editora Aguilar. Rio de Janeiro. Obras Completas.)

O Texto II é referência para as questões de 6 a 10.

QUESTÃO 6

De acordo com a ideia fundamental de algumas máximas machadianas nesse capítulo, assinale a **alternativa incorreta**.

- A Pode-se inferir da primeira máxima (l. 5) que as dores do próximo, de modo geral, não nos interessem muito, pois não doem em nós.
- B Da segunda máxima (l. 7), infere-se que o tempo seja implacável, sobretudo com aqueles que passam a vida a divertir-se, em vez de trabalhar com seriedade.
- C A reflexão do joalheiro na 5ª máxima (l. 14-15) revela certo **relativismo cultural**, visto que o que é natural e comum para um índio botocudo pode não o ser para um joalheiro.

- D Infere-se da última máxima que seja melhor uma decepção do que um acontecimento mais grave ou trágico.
- E É possível estabelecer uma analogia entre o que se lê na 3ª máxima (l. 9-10) e o ditado popular: “O que seria do azul, se todos gostassem do amarelo?”.

QUESTÃO 7

A figura de linguagem que se verifica na expressão ... **antes cair das nuvens que de um terceiro andar** (l. 17-18) é uma

- A metonímia.
- B catacrese.
- C metáfora.
- D antonomásia.
- E prosopopeia.

QUESTÃO 8

Quanto a alguns aspectos relacionados à morfologia verbal no texto, assinale a **alternativa incorreta**.

- A As formas verbais **duvides** (l. 12) e **irrites** (l. 17) estão conjugadas no modo imperativo negativo.
- B No imperativo afirmativo, a construção **Não te irrites...** seria escrita **Irrita-te...**
- C No imperativo afirmativo, a 3ª máxima seria reescrita da seguinte forma: **Cria em você, mas nem sempre duvide dos outros**.
- D As formas verbais **Matamos** e **enterra** na 2ª máxima (l. 7) estão conjugadas no **presente simples do modo indicativo**.
- E As formas verbais dos dois primeiros períodos (l. 1-3) estão conjugadas no **pretérito perfeito simples do modo indicativo**.

QUESTÃO 9

Levando em conta alguns aspectos sintáticos do período simples, assinale a **alternativa correta**.

- A Na linha 1, o termo **entre parêntesis** tem função de adjunto adverbial intercalado que expressa circunstância modal.
- B Na linha 5, o sintagma **do próximo** tem função de complemento nominal.
- C Na linha 17, o termo **um benefício** tem função de **complemento verbal indireto**.
- D Na linha 10, o termo **diminuto** tem função de predicativo do objeto.
- E Na linha 17, o pronome átono **te** funciona como objeto direto da forma verbal **pagarem** (l. 17).

QUESTÃO 10

Levando em conta alguns aspectos sintáticos do período composto, escolha a opção incorreta.

- A A oração **que escrevi por esse tempo** (l. 2) classifica-se como **subordinada adjetiva restritiva**.
- B A 1ª máxima constitui-se de um **período simples**, cuja única oração se denomina **absoluta**.
- C Na linha 14, a segunda oração classifica-se como **subordinada substantiva subjetiva desenvolvida**.
- D Nas linhas 14 e 15, a oração **para enfeitá-lo com um pedaço de pau** classifica-se como **subordinada substantiva completiva nominal reduzida de infinitivo**.

- Ⓔ Na linha 10, a oração **se todos andassem de carruagem** classifica-se como **subordinada adverbial condicional**.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL
RODRIGO CARDOSO/GILCIMAR
RODRIGUES

QUESTÃO 11

Quanto às regras impostas aos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, consoante disposição do Decreto-Lei n. 220/1975, é correto afirmar que

- Ⓐ ser brasileiro nato é requisito necessário para ocupar cargo no TJ/RJ. Isso se dá pelas informações sensíveis que podem constar no processo.
- Ⓑ a investidura do servidor em cargo efetivo do TJ/RJ ocorre com o exercício. O servidor possui o prazo de trinta dias, após a nomeação, para entrar em exercício.
- Ⓒ não é contado como de efetivo exercício o período que o servidor estiver de licença para tratamento de sua saúde.
- Ⓓ é permitido levar à conta de férias até cinco faltas ao serviço, desde que seja no ano que corresponde às férias.
- Ⓔ o vencimento e as vantagens pecuniárias do funcionário não serão objeto de penhora, inclusive para prestação de alimentos.

QUESTÃO 12

Leonardo, servidor do TJ/RJ, está respondendo processo disciplinar por ter praticado conduta proibida no Decreto n. 2.479/1979. Nessa situação hipotética, é possível afirmar:

- Ⓐ Caso venha a ser penalizado administrativamente, a pena ficará registrada em seus assentamentos pelo prazo de dez anos.
- Ⓑ A pena de repreensão será aplicada verbalmente em casos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres, bem como de reincidência específica em transgressão punível com pena de advertência.
- Ⓒ A pena de suspensão será aplicada no caso de falta considerada média, sendo a demissão, aplicada no caso de falta grave.
- Ⓓ A pena de suspensão não poderá exceder a cento e vinte dias.
- Ⓔ A pena de demissão será aplicada no caso de ofensa física, em serviço, contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa.

QUESTÃO 13

Com fundamento na Lei n. 4.620/2005, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A classe “A” representa a classe inicial de todas as carreiras do TJ/RJ.
- Ⓑ O ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas ou de títulos, no primeiro padrão remuneratório da classe inicial da respectiva carreira.
- Ⓒ Promoção funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.
- Ⓓ O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de cinquenta e cin-

co por cento, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

- Ⓔ O exercício de função gratificada é privativo de serventuário ativo do Estado do Rio de Janeiro.

Analise a assertiva a seguir e assinale a opção correta, com base na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Rio de Janeiro.

QUESTÃO 14

Das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração, no prazo de:

- Ⓐ 05 (cinco) dias.
- Ⓑ 10 (dez) dias.
- Ⓒ 08 (oito) dias.
- Ⓓ 03 (três) dias.
- Ⓔ 15 (quinze) dias.

Julgue o item de acordo com a Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Rio de Janeiro e assinale a alternativa correta.

QUESTÃO 15

Ao Chefe de Serventia, hierárquica e funcionalmente subordinado ao Juiz, incumbe, dentre outras funções e deveres:

- I – zelar pela boa imagem da Justiça, prestigiando e estimulando a probidade, a produtividade, a celeridade e a qualidade dos serviços.
- II – elaborar os relatórios estatísticos do Juízo das serventias não informatizadas.
- III – fazer afixar em local visível na serventia tabela de custas e valores.

Estão corretos os itens:

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ Somente o item I.
- Ⓓ Todos os itens estão corretos.
- Ⓔ Somente o item III.

NOÇÕES DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

GUSTAVO SCATOLINO

QUESTÃO 16

Para fins de aplicação da Lei n. 13.146/2015, assinale o conceito incorreto.

- A Barreiras arquitetônicas são as existentes nos edifícios públicos e privados.
- B Tecnologia assistiva é concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- C Adaptações razoáveis são adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.
- D Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
- E Profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

QUESTÃO 17

Tendo como base a Lei n. 13.146/2015, marque a resposta correta.

- A É dever apenas do magistrado e do membro do Ministério Público comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.
- B A deficiência não afeta a plena capacidade civil, inclusive para conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.
- C O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é dispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.
- D Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, não é necessário o consentimento da pessoa assistida nem sua participação nas decisões.
- E As operadoras de planos de saúde podem garantir à pessoa com deficiência apenas alguns serviços ofertados, de acordo com o grau de deficiência.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

GUSTAVO SCATOLINO/GLAUBER
MARINHO/RODRIGO CARDOSO

QUESTÃO 18

Conforme as disposições da Lei n. 12.846/2013, sobre o acordo de leniência, assinale a alternativa correta.

- A O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- B A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, sem exceção.
- C A celebração do acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos praticados.
- D Os efeitos do acordo de leniência não serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, mesmo que firmem o acordo em conjunto.
- E Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do conhecimento pela Administração Pública do referido descumprimento.

QUESTÃO 19

Em relação à ética e à função pública, assinale a alternativa correta:

- A Uma conduta ética na Administração Pública se materializa na adequada prestação dos serviços públicos aos usuários. Entretanto, a depender do contexto de sobrecarga no trabalho, é admissível adaptar as disposições previstas em lei de modo a assegurar o bem comum.
- B O combate à corrupção tem figurado de maneira evidente como a atual finalidade da Administração Pública.
- C A cidadania formal é suficiente para assegurar a efetivação da cidadania substantiva.
- D É vedado ao servidor alterar documento para providências, exceto mediante prévia autorização por quem de direito.
- E No aspecto de ética na Administração Pública, ações empreendidas na vida particular do servidor podem ter impacto em sua imagem no que tange à função pública por ele exercida.

QUESTÃO 20

Em relação ao ato de improbidade administrativa, de acordo Lei n. 8.429/1992, é correto afirmar que:

- A ato de improbidade que causa prejuízo ao erário poderá ocorrer por culpa do agente público.
- B as sanções previstas na lei de improbidade englobam todas as punições aplicáveis aos agentes, não podendo haver outras sanções penais, civis ou administrativas pelos mesmos fatos.
- C a omissão em publicar atos oficiais poderá gerar sanção tipificada como ato que causa prejuízo ao erário.
- D somente se configura ato de improbidade se houver efetivo dano ao erário, ou seja, se os cofres públicos tiverem algum tipo de prejuízo econômico-financeiro.
- E a pena para o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens é a suspensão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

RODRIGO CARDOSO

QUESTÃO 21

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ É de competência da Justiça Estadual do Rio de Janeiro processar e julgar, nos litígios comuns, as causas em que as autarquias do Estado do Rio de Janeiro sejam autoras, rés, assistentes ou oponentes. Contudo, no decorrer da ação, o processo será enviado para a Justiça Federal se a União manifestar interesse na demanda.
- Ⓑ As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, logo estão submetidas às normas comuns. A consolidação das empresas públicas, bem como das sociedades de economia mista, efetiva-se com a publicação da lei que cria tais entidades.
- Ⓒ As fundações públicas são regidas pelo direito público e atuam no âmbito social do estado.
- Ⓓ As empresas estatais são regidas pelo direito privado, logo o capital dessas pessoas deve ser integralmente privado.
- Ⓔ As autarquias são criadas por lei, com patrimônio próprio e integral da Administração direta do estado.

QUESTÃO 22

Amanda, servidora do TJ/RJ, foi removida de ofício para comarca distinta da que atuava há cinco anos. O Chefe do Departamento de Pessoal motivou a falta de pessoal na localidade para fundamentar a remoção. No entanto, Amanda descobre que na nova comarca não estão faltando servidores, o que presume que a remoção foi por perseguição política, já que são filiados a partidos políticos concorrentes. Sendo provada a perseguição política, pode-se afirmar que o ato possui vício no elemento

- Ⓐ competência.
- Ⓑ forma.
- Ⓒ motivo.
- Ⓓ finalidade.
- Ⓔ objeto.

QUESTÃO 23

Os atos praticados no procedimento licitatório devem atender às disposições da Lei n. 8.666/19193 e os demais princípios que orientam as atividades administrativas. Sobre o tema, é certo que

- Ⓐ ocorre empreitada por preço unitário quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- Ⓑ é permitido dispensar a licitação para atender ao princípio da eficiência.
- Ⓒ as modalidades de licitação poderão ser combinadas para preservar a eficiência nas contratações.
- Ⓓ as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
- Ⓔ a inexigibilidade de licitação afronta o princípio da legalidade objetiva.

QUESTÃO 24

O ato administrativo representa a manifestação da vontade da Administração Pública. Por esse motivo, são praticados com fundamento no direito público, possuindo características próprias. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O ato complexo representa a vontade de dois ou mais órgãos ou agentes com a intenção de praticar único ato.
- Ⓑ O elemento finalidade representa a situação fática que justifica a prática do ato.
- Ⓒ A motivação é elemento presente, em regra, nos atos administrativos.
- Ⓓ O ato, por ser bilateral, exige o consentimento do particular para produzir efeitos jurídicos.
- Ⓔ O atributo da tipicidade representa uma prerrogativa para o administrador, pois decorre do princípio da autonomia de vontade dos agentes públicos.

QUESTÃO 25

Determinada Administração Pública realizou uma licitação com base na Lei n. 8.666/1993, sob a modalidade concorrência, para contratação de serviços de avaliação de seu patrimônio imobiliário. Finda a fase de julgamento,

- Ⓐ qualquer interessado poderá manifestar a intenção de recorrer no prazo de cinco dias a contar da lavratura da ata.
- Ⓑ sucede-se a fase de homologação da licitação e adjudicação do objeto ao vencedor do certame.
- Ⓒ cabe à Administração Pública a divulgação do vencedor da licitação.
- Ⓓ sucede-se a fase de habilitação, fase essa que não se admite recurso.
- Ⓔ a autoridade competente deve realizar a habilitação do licitante mais bem classificado.

QUESTÃO 26

Durante uma perseguição a suspeitos, uma viatura policial estadual avançou o sinal vermelho e colidiu com outro veículo, particular, causando danos de grande monta e também lesões corporais nos integrantes do veículo. Nessa hipótese, com base na Constituição Federal e com as informações constantes desse preâmbulo, o Estado

- Ⓐ responde objetivamente, independentemente da ação do policial ter ocorrido com dolo ou culpa.
- Ⓑ responde objetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, desde que reste comprovada negligência do condutor da viatura.
- Ⓒ responde objetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, desde que seja comprovado dolo ou culpa do agente público.
- Ⓓ responde subjetivamente, caso seja demonstrado o nexo de causalidade, e o servidor responde objetivamente pelos danos causados.
- Ⓔ responde subjetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, desde que haja nexo causal entre a ação e o dano.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

LUCIANO DUTRA

QUESTÃO 27

Considerando as normas constitucionais federais sobre os princípios fundamentais, marque a alternativa errada.

- A Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- B A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.
- C São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- D Constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

QUESTÃO 28

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes, exceto o que consta em:

- A A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- B A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- C Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- D A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- E É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

QUESTÃO 29

Considerando as normas constitucionais sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa errada.

- A Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- B A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
- C É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- D Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante a infância.
- E Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

QUESTÃO 30

Para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, o autor poderá propor:

- A *habeas corpus*.
- B *habeas data*.
- C mandado de segurança.
- D ação popular.
- E mandado de injunção.

QUESTÃO 31

Lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios, exceto:

- A O ato de remoção, de disponibilidade e aposentadoria compulsória do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- B Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- C Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- D É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- E Ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que representa uma competência originária do Supremo Tribunal Federal:

- Ⓐ Processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- Ⓑ Processar e julgar, originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- Ⓒ Processar e julgar, originariamente, os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- Ⓓ Processar e julgar, originariamente, a disputa sobre direitos indígenas.
- Ⓔ Processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da Administração indireta.

**NOÇÕES DE DIREITO
PROCESSUAL CIVIL**

EDUARDO GALANTE/ISMAEL NORONHA

QUESTÃO 33

Nos termos do Código de Processo Civil, em especial quanto às disposições gerais dos recursos, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- Ⓑ O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- Ⓒ Dos despachos cabe recurso.
- Ⓓ A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- Ⓔ A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão poderá recorrer.

QUESTÃO 34

Nos termos do Código de Processo Civil, em especial quanto à coisa julgada, assinale a alternativa incorreta.

- Ⓐ Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- Ⓑ A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- Ⓒ A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- Ⓓ É permitido à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- Ⓔ Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

QUESTÃO 35

Nos termos do Código de Processo Civil vigente desde 2015, em especial quanto à modificação da competência, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência, observado o disposto na Seção.
- Ⓑ Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido, as partes ou a causa de pedir.
- Ⓒ Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- Ⓓ A ação acessória será proposta no juízo competente para a ação principal ou no juízo preventivo.
- Ⓔ As partes não podem modificar a competência em razão do valor e do território, logo não poderão eleger o foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

QUESTÃO 36

Nos termos do Código de Processo Civil vigente desde 2015, em especial quanto aos procuradores, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou por *amicus curiae*.
- Ⓑ É lícito à parte postular em causa própria quando tiver habilitação legal, salvo disposição legal em contrário.
- Ⓒ O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.
- Ⓓ A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, que devem constar de cláusula específica.
- Ⓔ O ato não ratificado será considerado anulável relativamente àquele em cujo nome foi praticado, respondendo o advogado pelas despesas e por perdas e danos.

QUESTÃO 37

Nos termos do Código de Processo Civil vigente desde 2015, em especial quanto à Advocacia Pública, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas Autarquias e Fundações, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração direta.
- Ⓑ A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal ou editalícia.
- Ⓒ A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.

- D Aplica-se o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- E O membro da Advocacia Pública será civil, penal e administrativa e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

QUESTÃO 38

Nos termos do Código de Processo Civil vigente desde 2015, em especial quanto à Tutela Provisória, assinale a alternativa correta.

- A A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência, emergência ou evidência.
- B A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- C A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- D A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, além dos indícios comprovados dos fatos prejudiciais.
- E A tutela de urgência somente pode ser concedida após justificação prévia.

QUESTÃO 39

Quanto à suspensão e extinção do processo previstas no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- A Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
- B Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal ou decretar a preclusão do feito.
- C Se a ação penal não for proposta no prazo de 2 (dois) meses, contado da intimação do ato de suspensão, cessará o efeito desse, incumbindo ao juiz cível examinar incidentalmente a questão prévia.
- D A extinção do processo dar-se-á por sentença ou acórdão.
- E Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício no prazo de 10 (dez) dias.

QUESTÃO 40

Nos termos do Código de Processo Civil vigente desde 2015, em especial quanto à apelação, assinale a alternativa correta.

- A Da sentença cabe apelação ou Agravo de Instrumento.
- B A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterà os nomes e a qualificação das partes; a exposição do fato e do direito; as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade; e o pedido de nova decisão.
- C O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias.
- D A apelação terá efeito devolutivo.
- E A apelação devolverá à parte interessada o conhecimento da matéria impugnada.

QUESTÃO 41

Quanto ao Agravo de Instrumento previsto no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- A Caberá Apelação ou Agravo de Instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- B O agravado poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
- C Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento ou prosseguirá com o encaminhamento do seu Relatório no prazo de 5 (cinco) dias.
- D Se o recurso for interposto por sistema de transmissão de dados tipo fac-símile ou similar, as peças devem ser juntadas no momento de protocolo da petição original.
- E O relator solicitará dia para julgamento em prazo não superior a 20 (vinte) dias da intimação do agravado.

QUESTÃO 42

Segundo a Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, marque a incorreta.

- A Aplica-se o disposto nessa Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.
- B Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
- C Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
- D As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.
- E No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exceto da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma dessa Lei.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

DEUSDEDY SOLANO

QUESTÃO 43

Matilda, 25 anos, moradora do Rio de Janeiro/RJ, foi vítima de estupro (art. 213, “caput”, do CP) que se configura como crime de ação penal pública incondicionada, o qual foi perpetrado por dois homens que invadiram sua residência no dia 16.11.2020, por volta das 20h. O fato foi noticiado por vizinhos à polícia, que se dirigiu ao local e iniciou diligências para localização dos autores. Matilda encontra-se em uma situação de estresse pós-traumático e se recusa a narrar os detalhes do crime. Diante desta situação hipotética, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta.

- A Nesta situação, mesmo sendo o crime de ação penal pública incondicionada, se a vítima se encontra em uma situação psicológica fragilizada e não deseja a instauração da investigação, esta não poderá ser iniciada.
- B Ainda que os autores sejam perseguidos, logo após, pela polícia, em situação que faça presumir serem eles os autores da infração, tais homens não poderão se presos em flagrante delito em face da ausência de previsão legal para o flagrante impróprio na legislação brasileira.
- C Os vizinhos, na condição de meros populares, não têm legitimidade para noticiar o crime à polícia, legitimidade que só cabe à ofendida.
- D Como o crime é de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial será iniciado de ofício, dentre outras possibilidades legais.
- E A vítima terá seis meses para se manifestar e representar criminalmente contra os autores.

QUESTÃO 44

Em relação às citações e intimações, julgue as assertivas a seguir, indicando o item correto, de acordo com o Código de Processo Penal e a orientação jurisprudencial dos tribunais superiores.

- I – Conforme o Superior Tribunal de Justiça, se o advogado do réu for devidamente intimado, por meio da imprensa oficial, para a sessão de julgamento da apelação, na hipótese de adiamento, não ocorre a nulidade por falta de intimação ante a nova data da sessão.
- II – Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.
- III – O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado assim a ele como ao chefe de sua repartição.
- IV – As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.

Estão corretos:

- A apenas os itens I, II e IV.
- B apenas os itens I e II.
- C apenas os itens I, III e IV.
- D apenas os itens I, II e III.
- E apenas os itens II e IV.

QUESTÃO 45

No processo comum, em relação à rejeição da denúncia e a absolvição sumária, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta nos termos do Código de Processo Penal.

- A A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.
- B O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar que falta justa causa para o exercício da ação penal.
- C O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando a denúncia for manifestamente inepta.
- D A denúncia ou queixa será rejeitada quando o juiz verificar a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.
- E O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, incluindo a inimizabilidade.

QUESTÃO 46

Ágata está sendo acusada da prática de instigação ao suicídio com pena duplicada, pois supostamente cometeu o crime por motivo egoístico. A infração penal da qual é acusada é de competência do tribunal do júri. Em relação a este procedimento criminal, nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A o juiz, fundamentadamente, impronunciará a acusada, se estiver convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- B na decisão judicial ao final da primeira fase do procedimento do tribunal do júri, o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, salvo se Ágata ficar sujeita à pena mais grave.
- C se o Ministério Público não comparecer à sessão de instrução e julgamento, o juiz presidente adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, cientificadas as partes e as testemunhas.
- D os jurados não poderão formular perguntas às testemunhas, nem a acusada.
- E para assegurar a publicidade do voto dos jurados, o oficial de justiça recolherá em urnas separadas as cédulas correspondentes aos votos e as não utilizadas.

QUESTÃO 47

Em caso de absolvição em procedimento do tribunal do júri, analise as assertivas a seguir e indique o item correto.

- I – O juiz mandará colocar em liberdade o acusado se por outro motivo não estiver preso.
- II – O juiz revogará as medidas restritivas provisoriamente decretadas.
- III – O juiz imporá, se for o caso, a medida de segurança cabível.

Estão corretos:

- A Apenas os itens I e III.
- B Apenas os itens I e II.
- C Apenas os itens II e III.
- D Nenhum item está correto.
- E Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 48

No que diz respeito à prisão preventiva, nos termos do Código de Processo Penal, analise as assertivas a seguir, indicando o item correto.

- A A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.
- B Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, mesmo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.
- C Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção apenas se ocorrer fato novo, independentemente do prazo decorrido.
- D A prisão preventiva só é cabível na fase da investigação policial.
- E A prisão preventiva só é cabível após iniciado o processo penal.

QUESTÃO 49

Francisco foi preso em flagrante delito logo após a prática de furto qualificado pela destruição de obstáculo. A autoridade policial encaminhou ao juiz o auto de prisão em flagrante de Francisco. Em relação à audiência de custódia a qual será submetido o preso, é correto afirmar que

- A após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas da realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia.
- B o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.
- C na audiência de custódia de Francisco, o juiz poderá converter a prisão em flagrante em preventiva, ainda que ausentes os requisitos constantes do CPP, desde que se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.
- D na audiência de custódia de Francisco, o juiz poderá conceder liberdade provisória, sempre com fiança.
- E se o juiz der causa, sem motivação idônea, à não realização da audiência de custódia no prazo estabelecido na lei responderá administrativa e civilmente, pois tal fato não se caracteriza como crime, em nenhuma hipótese.

QUESTÃO 50

No que diz respeito à ação penal e à proposta de não persecução, conforme dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A nos crimes de ação penal privada, concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.
- B não sendo caso de arquivamento do inquérito ou outra peça de informação, ainda que o investigado não tenha confessado a prática de infração, se esta tiver a pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.

- C não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal, ainda que o crime seja com violência ou grave ameaça, desde que a pena mínima seja inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.
- D somente ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação pública.
- E nos crimes de ação penal pública condicionada, o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, mas não à autoridade policial.

QUESTÃO 51

Analise as situações hipotéticas a seguir em relação aos sujeitos do processo e indique a assertiva correta conforme dispõe a Lei Processual Penal e doutrina pertinente.

- A Sandro é advogado de um acusado em processo penal, sendo certo afirmar que ele poderá abandonar o processo, mesmo sem motivo imperioso, desde que faça comunicação prévia ao juiz.
- B Marília é defensora de Lucas, acusado da prática do crime de estelionato. Na audiência de instrução, Marília não compareceu, porém justificou antecipadamente sua ausência. Neste caso o juiz adiará a audiência.
- C O acusado Fábio, após devidamente citado, não constituiu advogado no prazo legal, motivo pelo qual o juiz indicou defensor dativo, sendo correto afirmar que mesmo que Fábio seja pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- D Luciano foi acusado e é réu juntamente com Tatiana pela prática de uma infração penal, sendo certo afirmar que Luciano poderá intervir como assistente de acusação do Ministério Público em desfavor de Tatiana.
- E Ana Clara é técnica judiciária do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, ela é sobrinha de Tônico, réu em um processo que tramita no TJ/RJ. Neste caso é certo afirmar que Ana Clara não poderá atuar no processo de Tônico, em razão de suspeição.

QUESTÃO 52

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores e conforme dispõe o Código de Processo Penal sobre sentença, *habeas corpus* e o processo dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta.

- A Cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em *habeas corpus* ou no respectivo recurso.
- B O conhecimento do *habeas corpus* não pressupõe prova pré-constituída do direito alegado.
- C Na sentença, se o juiz decidir, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, causará o prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta.
- D Em relação ao processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o juiz receberá a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela

resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.

- Ⓔ Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

LEGISLAÇÃO

GILCIMAR RODRIGUES/EDUARDO GALANTE

QUESTÃO 53

Com base na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, analise a assertiva abaixo e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

Nas serventias de maior movimento, a equipe de apoio logístico poderá assumir tarefas próprias da equipe _____.

- Ⓐ de processamento.
- Ⓑ de digitação.
- Ⓒ de gerência.
- Ⓓ administrativa.
- Ⓔ funcional.

QUESTÃO 54

Com base na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – É permitida a carga dos autos ao advogado quando houver audiência designada, salvo decisão em sentido contrário.
- II – Os direitos dos advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e estagiários de direito, especificados em lei, não implicam no acesso ao recinto cartorário reservado à execução dos serviços internos.
- III – Decisão judicial poderá proibir a retirada de autos de cartório se neles existirem documentos originais de difícil restauração ou quando se verificar circunstância relevante que justifique tal proibição, que será anotada no rosto dos autos.

Estão corretos os itens:

- Ⓐ I, II e III.
- Ⓑ II e III.
- Ⓒ I e II.
- Ⓓ I e III.
- Ⓔ Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 55

Com base na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, analise a assertiva abaixo e assinale a alternativa correta.

A capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria-Geral da Justiça. A carta precatória terá a coloração:

- Ⓐ azul.
- Ⓑ rosa.
- Ⓒ branca.

- Ⓓ verde.
- Ⓔ cinza.

QUESTÃO 56

Nos termos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, analise a assertiva abaixo e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

Eventuais alterações de partes e seus advogados que ocorram no curso do processo deverão ser anotadas na _____ dos autos.

- Ⓐ contracapa
- Ⓑ primeira folha
- Ⓒ última folha
- Ⓓ capa
- Ⓔ primeira e última folha

QUESTÃO 57

Com base na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – Em caso de intimação para pagamento ou depósito de quantia certa, esta será expressamente indicada.
- II – Será publicado despacho cujo atendimento independa de providência da parte.
- III – A publicação de decisões homologatórias ou de extinção do processo, sem julgamento do mérito, mencionará, tão-somente, o fato da homologação ou da extinção.

Estão corretos os itens:

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ I, II e III.
- Ⓓ II e III.
- Ⓔ Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 58

Com base na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, analise a assertiva abaixo e assinale a alternativa correta.

Os Oficiais de Justiça Avaliadores em atuação nos Juizados Especiais deverão lacrar os bens móveis penhorados para impedir seu uso, fazendo-se constar à inscrição:

- Ⓐ “penhorados pelo oficial”.
- Ⓑ “penhorados pelo Tribunal”.
- Ⓒ “penhorados pelo juiz”.
- Ⓓ “penhorados pela justiça”.
- Ⓔ “penhorados pelos juízes”.

QUESTÃO 59

Com base na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

O serventuário do Juizado Especial Cível praticará, entre outros atos ordinatórios:

- I** – Intimar as partes e testemunhas por qualquer meio idôneo disponível.
- II** – Comunicar fatos e solicitar informações e documentos ao Juizado deprecante via telefônica ou por qualquer outro meio idôneo.
- III** – Dar cumprimento às cartas precatórias recebidas, servindo a própria deprecata como mandado.

Estão corretos os itens:

- A** I e III
- B** I, II e III
- C** I e II
- D** II e III
- E** Todos os itens estão incorretos

QUESTÃO 60

Nos termos da Lei n. 12.153/2009, assinale a alternativa correta.

- A** É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários-mínimos.
- B** Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- C** Nas causas de que trata esta Lei, haverá reexame necessário.
- D** Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 (cinco) anos de experiência.
- E** Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.



NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

Pratique os truques de cada banca e fique mais próximo da sua aprovação.

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>

 GRAN CURSOS
QUESTÕES

